A soma dos menores

Ante as barreiras impostas pelos países ricos, só resta aos menos desenvolvidos juntar suas forças

AUGUSTONARDES

Foi uma contradição a atuação das ONGs na reunião da OMC: criticando os índices de pobreza dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo negam abertura de mercado a esses países.

Os subsídios, as barreiras tarifárias e as dificuldades de acesso ao mercado que os países ricos impõem ao Brasil demonstram que, impedindo o comércio internacional, as ONGs prestaram um serviço a quem lhes paga – os países ricos –, colaborando para marginalizar as demais nações.

Pela incompetência dos EUA, que sediaram o evento, e da direção da OMC, que não conseguiu garantir seu bom andamento, só resta usar as mesmas armas contra os países desenvolvidos, ou seja: barrar a entrada de seus produtos em nossos países.

Um dos modos de conseguir isso seria aumentar as relações bilaterais e as relações de blocos como o Mercosul. Com a globalização, os países do chamado terceiro mundo serão cada vez mais marginalizados, e a única saída será a união e a cooperação para evitar a dominação total dos países mais desenvolvidos.

O Brasil e o grupo de seus coirmãos devem liderar esse movimento de união para evitar injustiças ainda maiores.

Augusto Nardes é deputado federal pelo PPB do Rio Grande do Sul.

Alerta na OMC

Com uma história recente de sucesso, o fumo brasileiro ainda precisa marcar posição no mercado internacional

NESTORJOST

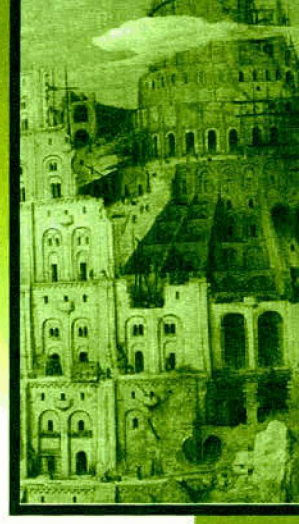
A cultura do fumo é pouco conhecida da sociedade. Mas desde a sua descoberta o tabaco foi fator importante na economia colonial; gerou ponderável riqueza no Norte e no Nordeste, principalmente no Recôncavo Baiano, e propiciou fartos recursos ao erário da Metrópole e posteriormente do Império.

Em meados do século XIX a intensificação da produção norte-americana e do Caribe aumentou a oferta e fez declinarem rapidamente os preços na Europa. Desestimulada a exportação, voltou-se à produção para uso interno do fumo de rolo e de folhas especiais para charutos e cigarrilhas.

No Sul se iniciou a produção de fumo para consumo local com a colonização alemã. Mas a sistematização das lavouras e a instalação das indústrias de beneficiamento deram-se a partir de 1920, servindo praticamente até 1970 para atender ao consumo interno, com exportação de excedentes pouco expressivos.

História recente

Nos últimos 30 anos nosso tabaco melhorou muito de qualidade e passou a conquistar os melhores mercados, ultrapassando em 1997 a cifra de US$1 bilhão, só suplantada



por soja e café entre os produtos primários de exportação. Há cinco anos superou a tradicional posição norte-americana, situando o Brasil como o maior exportador desde então.

Em 1998, incluindo folhas, cigarros e charutos, o setor representou 3,05% do total das exportações brasileiras, com valor superior a US$1.550 milhões, mais de 80% destinados aos EUA, União Européia e Japão, justamente os países que mais subsidiam as atividades agrícolas locais.

Para dar apenas um exemplo, destacamos a União Européia, que na última safra de fumo, com previsão de colheita de 350 mil toneladas, estabeleceu subsídios de 1 bilhão e 3 milhões de euros, cifra superior à que foi paga aos produtores brasileiros por 540 mil toneladas, para suportar a competitividade do mercado.

Posição na OMC

Em conseqüência também das cotas e discriminação do fumo estrangeiro nos cigarros americanos, pode-se dizer que era grande o interesse da categoria de que o comércio agrícola fosse debatido na OMC nos termos defendidos pelo governo brasileiro, pois coincidiam e convergiam as posições dos Ministérios do Exterior, do Comércio e da Agricultura com os interesses da agropecuária.

Devemos continuar a batalha pela realização da Rodada do Milênio em Genebra, sede da OMC, com o objetivo de dar à agricultura condições semelhantes às que beneficiam a indústria. Com esse propósito, é preciso fortalecer nossas reivindicações no grupo Cairns e pressionar a Unctad, sem esmorecer nas conversas bilaterais.

Nestor Jost é presidente da Abifumo.

Farinha de vários sacos

As ONGs de Seattle não eram unânimes em seus objetivos, mas representavam interesses bem diversos

XICO GRAZIANO

As ONGs expressavam em Seattle um sentimento ético contra a globalização das economias mundiais. Há uma percepção, evidentemente de cunho antiliberal, de que a OMC opera as regras do comércio das multinacionais.

Por outro lado, entre as ONGs existem grupos corporativos fortes, ligados ao sindicalismo americano, que esbravejavam contra a abertura dos mercados visando defender seus empregos. Tais entidades são, todos sabem, financiadas pelos empresários desses setores protegidos – a exemplo do aço –, que não suportam a concorrência externa. Isso quer dizer que parte das entidades civis que se manifestaram em Seattle defendia interesses puramente econômicos.

Não tenho dúvidas de que, a partir da reunião de Seattle, as chamadas cláusulas sociais e ambientais foram incorporadas definitivamente na agenda da OMC. Ética e humanitariamente, tais proposições são plenamente defensáveis. Na prática do mundo nos negócios, porém, elas se tornarão novas barreiras comerciais disfarçadas, que punirão países em desenvolvimento como o Brasil.

Falta uma rodada

Batalhar pelo início da Rodada do Milênio é fundamental, visando aprimorar as regras do comércio mundial. Isso não implica abdicar do direito de estabelecer acordos bilaterais vantajosos. É uma ilusão achar que a OMC resolverá tudo. Até porque as economias desenvolvidas manterão as rédeas da OMC arrochadas o quanto puderem, tentando defender seus mercados.

Não pode também o Brasil cair na armadilha do ultraliberalismo. No caso da agricultura, essa questão parece-me fundamental. E o governo brasileiro está jogando errado, batendo de frente com os europeus.

O fim dos subsídios envolve o risco de destruição dos pequenos produtores rurais, empurrando-os para disputar o emprego nas cidades. Por isso os europeus defendem ardorosamente seus agricultores e jamais vão concordar em